

O PRAGMATISMO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DA MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS ESTADOS CENTRO-AMERICANOS

Avanço de pesquisa em curso

GT 30: Centro América e o Caribe: Conflitos, crise e democratização

Aleksander Aguilar é brasileiro, graduado em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pelotas, licenciado em Letras pela Universidade Federal de Pelotas, mestre em Estudos Internacionais pela *Universitat de Barcelona* e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: antular@hotmail.com.

Juliana Vitorino é brasileira, graduada em Relações Internacionais pelas Faculdades Integradas Recife, mestra e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: ju.vitorino@gmail.com

Resumo

A segurança regional é tema prioritário na atual agenda política, pragmática, do istmo centro-americano. Com persistente pobreza, desigualdade e desemprego, somado a um sistema político-jurídico frágil e ao dilema das migrações, favorecem-se na América Central o aumento do crime e das ameaças contra a segurança regional que deteriora o tecido social da região. A violência no istmo, com caracterização sócio-histórica, tem como um dos seus principais fatores o narcotráfico, impulsionado pelo crime organizado. Os atuais alinhamentos dos Estados para tratar desse tema, a partir do consenso obtido na Estratégia de Segurança Centro-americana, conformam o marco de aprofundamento de todo o processo integracionista centro-americano e faz evidente que sem os recursos da cooperação internacional não será possível avançar nas soluções.

Palavras-chave: América Central; Integração regional ; Pragmatismo ; Segurança Regional

INTRODUÇÃO

Em um contexto de persistente pobreza, desigualdade e desemprego, somado a um sistema político-jurídico frágil e ao dilema das migrações, favorecem-se na América Central o aumento do crime e das ameaças contra a segurança de cada um dos países do istmo que deterioram os seus tecidos sociais. Nesse contexto a violência é uma característica sócio-histórica, e que tornou a América Central internacionalmente notória, em particular, durante os anos de guerra civil, nas décadas de 1970 e 1980.

Hoje, o Triângulo Norte (Guatemala, El Salvador e Honduras), tem sido afetado por uma crescente onda de assassinatos e extorsões. Um dos seus principais dilemas, conformador de um dos fatores capilares da violência que assola o istmo, é o narcotráfico, somado ao fenômeno *pandilleril*¹, que preocupam, particularmente, os Estados Unidos. Meyer & Seelke (2013) afirmam que, dado o caráter transnacional das organizações criminais narcotraficantes na região e suas habilidades de explorar espaços políticos-institucionais debilitados, a insegurança na América Central representa um risco potencial para o país.

¹ Termo associado à ação de *pandillas*, principal problema de segurança da América Central contemporânea, descrito com maiores detalhes no decorrer do texto.

A América Central é um conhecido corredor do tráfico internacional. A guerra ao narcotráfico, instituída no México, fez com que as organizações criminosas deste país expandissem suas atividades em territórios centro-americanos. Atualmente, 90% das 700 toneladas de cocaína que chegam anualmente aos Estados Unidos é contrabandeada através do istmo (DEPARTAMENTO DE ESTADO EUA, 2012).

Na Mesoamérica, região formada por México e América Central, os Estados Unidos têm se lançado na luta contra as drogas com estratégias militarizadas de pressão contra a oferta do produto. A origem dessa estratégia remonta ao Plano Colômbia, expandindo-se para a Iniciativa Mérida e Iniciativa Regional de Segurança para a América Central (CARSI, na sigla em inglês. Existem severas críticas sobre a maneira em que esses planos têm sido aplicados, por sua lenta implementação e por atacar apenas a distribuição da droga. Além disso, são vistos como repetições de medidas passadas, em que se enfatizam os programas de segurança, calcados na repressão e na militarização da segurança (TRUCCHI, 2012).

Os Estados centro-americanos aprovam e contam com os recursos da Iniciativa Mérida/CARSI como uma resposta mais incisiva ao problema da segurança no istmo e acabam por alinhar-se às políticas estadunidenses. Em 2010, uma declaração conjunta do Sistema de Integração Centro-americano (SICA), reconhece a falta de recursos para atacar a insegurança regional e reconhece a dependência da cooperação internacional para tratar o tema. Mas há, entre essas nações, um sentido de urgência e de responsabilidade no processo de implementação de uma estratégia de segurança regional, manifesta através da busca de uma política de resultados, e isso se tornou visível a partir da *Conferencia Internacional de Apoyo a la Estrategia de Seguridad de Centroamérica*, realizada na Guatemala, em 2011. O evento foi um marco no processo integracionista do istmo. Todos os sete presidentes da região, assim como países-chave como México, Colômbia, Estados Unidos, diversos países europeus e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial entraram em acordo sobre a proposta *Estrategia de Seguridad de Centromérica* (ESCA).

Desde 2010, o SICA elencou uma série de temas prioritários, dentre as quais a ênfase recai sobre o tema segurança. E, nesse sentido, a agenda pragmática no istmo faz-se evidente: sem recursos advindos da cooperação internacional não será possível avançar na cooperação regional empenhada em buscar alternativas para solucionar o crime e o narcotráfico que afetam a região. Os atuais alinhamentos dos Estados para tratar desse tema conformam o marco de um possível avanço e aprofundamento de todo o processo integracionista centro-americano em diversas áreas. O desafio estritamente político está, além disso, em identificar e evitar que – por conta de um alardeado pragmatismo oriundo e supostamente justificado pelo desespero em aliviar seu flagelo – as razões e motivações dos principais atores internacionais envolvidos nesse processo de cooperação acabem por afetar a independência e soberania de sua institucionalidade democrática e reproduzam ou impulsionem novos ciclos de dependência na região, bem como tornar os estados centro-americanos cada vez mais militarizados e policialescos.

Tendo em vista esses aspectos introdutórios, uma questão relevante orientou inicialmente nesta pesquisa: a agenda de integração regional centro-americana, ao se valer do pragmatismo – visto pelos países centro-americanos como fundamentalmente necessário para que se chegue a uma política de resultados – poderia acabar por afetar sua independência institucional? Trabalhamos com duas hipóteses: 1) A Segurança converte-se no tema que serve como pedra angular da revigoração do processo integracionista centro-americano, tendo em vista todo o esforço regional em marcha; 2) Esse empenho inédito de complementaridades no istmo fez de relevo que a agenda de segurança regional é impulsionada por conta do pragmatismo empregado nas articulações para a sua implementação, pautado na necessidade de vultosos recursos dependentes da ajuda internacional. De maneira geral

enfazamos que este é um artigo fruto de uma pesquisa em andamento, por isso ainda não trataremos os achados aqui elencados como conclusão final.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

a) O conceito de pragmatismo

Se tomássemos a noção de pragmatismo a partir da amplitude dos estudos da Pragmática enquanto campo da Linguística, da Filosofia da Linguagem, e da Semiótica, estaríamos sujeitos a um universo conceitual cuja trama é tão fina, complexa e envolvente que poderia representar um emaranhamento arriscado para os fins deste artigo. Numa ligeira simplificação, esta trata do interesse pelo modo em que o contexto, entendido como situação, influi na interpretação e nos significados.

Na própria disciplina, um dos poucos consensos é o de que a pragmática é uma área de estudos de limites indefinidos. Na Linguística, os limites entre semântica e pragmática, para Borges Neto (2012) perdem todo o sentido se estivermos envolvidos numa investigação empírica sobre os processos de interpretação de enunciados. “Dizer que a Semântica deve tratar do significado do texto e que a Pragmática deve tratar do contexto e das intenções dos falantes é uma divisão de trabalho inútil, já que essas questões sempre aparecem juntas” (BORGES NETO, 1985, p. 51).

A “dependência do contexto”, dessa forma, é um dos pontos centrais nas várias abordagens pragmáticas. E é nesse sentido que nos interessa particularmente a sugestão de Oliveira (2000, p. 227):

“É crível, por exemplo, que todo o comportamento em uma situação interacional tenha o valor de mensagem, e desta forma possa ser enquadrado como um ato proposicional. (...) Isto aplica-se tanto para o discurso como para os aspectos não-verbais da comunicação, garantindo para o binômio “produção-interpretação” a *idéia de visar finalidades*.”

Contexto, dependência e finalidade conformam, então, os traços caracterizadores retirados das próprias discussões da disciplina de Pragmática, que nos dão terreno para utilizar o termo Pragmatismo na sua conceituação “genérica”, segundo a classificação de Ralston (2011).

O pragmatismo, como um conceito teórico sofisticado, está ligado a noções filosóficas de experiência, verdade e linguagem, e não apenas a ideia de “aquilo que finalmente funciona”. E como conceito altamente controverso e disputado, Ralston (2011) sugere que podem ser traçados três diferentes sentidos para o termo:

1- Pragmatismo Clássico: sentido que se refere a uma sofisticada forma de entender conhecimento, existência e eventos sociopolíticos iniciado por filósofos norte-americanos do fim do século XIX e início do século XX, tais como Charles Peirce, John Dewey e George Mead. Os pragmatistas clássicos buscam superar dualismos como indivíduo e sociedade, fins e meios, teoria e prática por entender que trata-los como traços fixos da realidade pode bloquear o pensamento indagador efetivo ao impor limites artificiais; 2- Neo-Pragmatismo: essa acepção é marcada por um profundo ceticismo e relativismo em que o conhecimento não é uma relação estática entre palavras e objetos, mas sim o gerador de um processo de indagação e descobertas que é dinâmico e experiencial. A dominância da visão científica do mundo para Rorty (*apud* Ralston, 2011) deve dar lugar para uma multiplicidade de perspectivas teóricas, teológicas e filosóficas, redes de conversação, expressões públicas de solidariedade e busca interna por auto-realização; 3- Pragmatismo Genérico: denota um uso cotidiano vulgar relacionado com acepções como prático, útil, empreendedora e do qual, relacionando com a Pragmática linguística, derivamos a noção de dependência do contexto com a ideia de visar finalidades – nossa preferência conceitual, para os objetivos deste estudo.

b) A integração centro-americana

Na década de 1990, as sociedades centro-americanas encerraram um violento período da sua história iniciado nos anos 1960. As guerras civis afetaram direta ou indiretamente todos os países do istmo. Com o fim da hostilidade bélica, havia sinais de que se poderia gerar um novo desenvolvimento político e econômico na região.

Segundo Galdámez, embora os processos integracionistas na América Central possam ser relacionados com vários antecedentes, foi apenas em 1951 que se deu o primeiro passo objetivo para a integração, com a criação do Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centro-americano, com auspícios da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). No mesmo ano, os estudos e os avanços institucionais desse comitê resultaram na criação da *Organización de Estados Centroamericanos* (ODECA).

Esses alinhamentos no istmo surgem como resultado do convencimento de que a integração econômica poderia ser o instrumento para obter o desenvolvimento, superando, com isso, a estagnação de suas economias. Foi assim que a integração econômica regional adquiriu status de objetivo básico no processo de desenvolvimento dos países centro-americanos. Os avanços obtidos nos primeiros dez anos desse processo levaram ao seu aprofundamento, através do *Tratado General de Integración Económica Centroamericana*, de 1961, e assentou as bases para a criação do Mercado Comum Centro-americano (MCC).

A institucionalização do processo de integração centro-americano tem, então, no *Tratado General de Integración Económica Centroamericana* a sua base de lançamento, tendo várias instituições surgidas a partir desse instrumento. Entre esses destacam-se e estão em funcionamento hoje: Cúpula de Chefes de Estado da região centro-americana; *Banco Centroamericano de Integración Económica* (BCIE); *Sistema de la Integración Centroamericana* (SICA); *Secretaría de Integración Económica Centroamericana* (SIECA); *Secretaría Ejecutiva del Consejo Monetario Centroamericano* (SECMCA); *Parlamento Centroamericano* (PARLACEN).

No entanto, no fim dos anos 1960, coincidindo com o início das hostilidades bélicas, esse processo mostrou sintomas de esgotamento. Diante disso, Del Pozo (*apud* NÁJERA, 2011, p. 9) comenta que “*las instituciones sobrevivieron a los setenta, a los ochenta y a los noventa; y lógicamente salieron afectadas de un período tan turbulento*”. E segundo Zamora (2003) “*desde la perspectiva de proceso la integración estaba muerta*”.

Mas a partir do final dos anos 1980 os conflitos armados começaram a solucionar-se e surgiram regimes políticos de representação democrática

En la región se generalizaron gobiernos conducidos o apoyados por empresarios que, dejando atrás los regímenes militares, planteaban nuevos esquemas de desarrollo. El proceso de integración vivió no solo una resurrección orgánica, cristalizada en la reforma a su institucionalidad, sino también un nuevo impulso, expresado en muchos planes integracionistas (ZAMORA, 2003, p. 5).

Recentemente surgiram novos fatores nesse panorama. Na história do processo integracionista os atores externos tiveram uma atitude que variou entre o ceticismo e a cooperação. Hoje, como consequência do processo de globalização, esses atores impulsionam e inclusive exigem a integração como condição necessária para desenvolver suas relações com a região, tais quais os Estados Unidos e a União Europeia. O processo de integração centro-americana a partir dos anos 2000 teve como fonte para realizar-se os menos desenvolvimentos internos da região e mais os empurrões externos.

Discorrer brevemente sobre uma das várias teorias de integração regional é necessário, então, para prover sustentação teórica básica aos argumentos desse artigo. Valendo-nos da sistematização dessas teorias proposta por Albuquerque (2012) é a teoria dos bens públicos globais, que se mostra minimamente satisfatória, a priori, para funcionar como essa base. Ela advoga que o mundo atual é repleto de desafios globais, oriundos de um número cada vez maior de problemas e crises internacionais, tais quais crises financeiras, corrupção em organizações internacionais, terrorismo transnacional e questões ambientais. Cada um destes elementos citados corresponderia a um tipo de bem público global, definido por Kaul, Grunberg e Stern (*apud* ALBUQUERQUE, 2013) como bens não excludentes e não rivais no consumo, que promovem benefícios para uma grande quantidade de pessoas de diferentes nações, gerações e origens socioeconômicas.

A partir desta definição abrangente, podemos identificar como tais praticamente qualquer tema da agenda internacional, incluindo a segurança internacional. Esses autores argumentam que o reconhecimento de um determinado tema das relações internacionais como motivo da cooperação internacional, quando não é suficiente para promover a cooperação, ao menos serve de estímulo aos Estados para tentar alcançá-la. “A grande questão aqui é o fato de não se tratar mais de bens que podem ser administrados exclusivamente no âmbito interno de um Estado, evocando a necessidade de estabelecer ações internacionais de cooperação para tentar administrar o problema (ALBUQUERQUE, 2013)”.

Eis aqui, portanto, no caso centro-americano, um dos fundamentos teóricos para considerarmos a segurança regional como a pedra angular da revigoração do se processo integracionista.

COLOMBIA, logo MERIDA, finalmente CARSI

Em 1999, o governo colombiano, através do Presidente Andrés Pastrana, propôs uma estratégia plurianual cujo objetivo era mitigar os problemas que comprometiam a estabilidade da porção norte da América Sul, era o Plano Colômbia.

A Colômbia enfrenta, internamente, uma das mais longas guerras do continente americano e, além disso, enfrenta sérios problemas com o narcotráfico, que, argumentam especialistas, tem ligação com os grupos armados, como as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN).

Nesse cenário, os Estados Unidos e outras instituições iniciaram os aportes financeiros ao Plano Colômbia a partir do ano 2000. O primeiro pacote de ajuda levou US\$ 860 milhões para o país, dos quais aproximadamente 75% foram para apoio e treinamento militar e policial². Pode-se marcar como resultado do *Plan Colombia* o desmantelamento dos históricos cartéis de Cali e Medellín (MANAUT, sem data). A Enciclopédia Latino-americana (2012, p. 964), no entanto, diz sobre sua aplicação:

Nos cinco anos de aplicação do plano os danos foram enormes. Aprofundou-se a violência social e a quantidade de desabrigados aumentou, criando cinturões de miséria ao redor das principais cidades e um nomadismo sem sentido e sem destino. O terror se intensificou por todo o território. As vítimas do plano são contabilizadas aos milhares e pode-se esperar uma deterioração ainda maior, se prevalecerem políticas continentais de combate ao narcotráfico e ao terrorismo que não consigam ser neutralizadas pelas iniciativas locais de reconstrução da *socialidade*.

² O total previsto para o Plano era de US\$ 7,5 bilhões, sendo 1,32 bi a cargo dos EUA (que fez um primeiro desembolso de 860 milhões; US\$ 3,52 bilhões a cargo de organismos multilaterais de crédito; e o restante viria do próprio governo colombiano.

Dentro desse marco da guerra contra o narcotráfico, os Estados Unidos já apontava, em 1999, também o México como território de atuação do crime organizado e dominado por redes de narcotráfico, fatos que fizeram o país começar a negociar ajuda financeira junto aos Estados Unidos e entrando, de fato, na guerra contra o narcotráfico, através da Iniciativa Mérida, que se propõe a evitar o tráfico de drogas do México para os Estados Unidos e o tráfico de armas dos Estados Unidos para o México. Manaut (sem data, p. 228) complementa:

La propuesta abarca la entrega de equipos de inspección, escáneres de ion, unidades caninas de intercepción en aduanas, tecnologías de comunicación, asesoría técnica y entrenamiento para las instituciones de justicia, programas de protección de testigos, helicópteros y aviones de vigilancia para garantizar una reacción rápida.

Em termos financeiros, os Estados Unidos aportou cerca de 500 milhões de dólares só em 2008, diretamente em forças militares e policiais para trabalhar mais especificamente na fronteira sul dos Estados Unidos com o México, local de contrabando, tráfico e intenso movimento migratório. O investimento levou mais de 90 mil soldados às ruas e resultou, até agora, em uma cifra de mais de 50 mil homicídios relacionados ao narcotráfico e milhares de denúncias de violações dos direitos humanos perpetradas pela polícia e Forças Armadas (CARLSEN, 2012).

Os sucessivos surtos de violência que também acometem a América Central, frequentemente, aparecem como causa da fuga de seus nacionais. A partir de meados dos anos 1990, as *pandillas* apareceram como fator gerador de violência e insegurança, primeiramente no interior dos Estados centro-americanos, depois, em todo o istmo, criando redes, facilitando a ação do crime organizado.

Em termos históricos, a criação das *pandillas* centro-americanas remontam a meados da década de 1940, nos Estados Unidos, sendo a Barrio 18 o primeiro agrupamento a ser identificado como essencialmente centro-americano. A Mara Salvatrucha – 13 apareceria trinta anos mais tarde e, hoje, aparece como um dos agrupamentos criminosos mais perigosos do mundo. Da solidariedade inicial, da mútua contestação das guerras civis na América Central, estes dois grupos, hoje, encontram-se meramente calcados no crime e no tráfico de drogas, e usam a violência generalizada como meio para conseguir seus fins. Por isso mesmo, são consideradas a fonte de um novo surto de violência na América Central, considerada a região sem guerras mais violenta do mundo³.

A América Central foi uma incorporação tardia à chamada guerra ao narcotráfico, inserida neste marco após o lançamento da Iniciativa Mérida, em 2008. Logo em seguida, abriu-se um canal exclusivo para a cooperação contra o crime organizado de ameaça regional: o CARSI.

De acordo com a organização *Insight Crime* (2011), entre 2008 e 2011, os Estados Unidos alocaram 365 milhões de dólares para a Iniciativa Mérida e CARSI e um adicional de 105 milhões de dólares foi aprovado pelo Congresso para o ano de 2012. O CARSI foi originalmente concebido como uma combinação “*hard and soft*” de medidas de combate ao crime a qual proveria equipamento e treinamento para melhorar a segurança pública em toda a região assim como apoio ao desenvolvimento de programas desenhados para reduzir a criminalidade. Dos 365 milhões destinados até aqui ao CARSI apenas 95 milhões foram usados em projetos sociais e/ou prevenção. O restante tem sido utilizado para que as nações centro-americanas possam adquirir equipamentos militares, suporte técnico e treinamento em operações contranarcóticos.

³ O Unodc (2012) traz a seguinte distribuição de taxas de homicídios para o ano de 2011: Costa Rica, 10/100.000; Nicarágua 12/100.000; Guatemala, 38/100.000; El Salvador 70/100.000; e Honduras, 91/100.000.

O ANO MARCO DE 2011: AFIRMAÇÃO DA *ESTRATEGIA DE SEGURIDAD DE CENTROAMERICA* (ESCA)

A ESCA foi adotada em 2007, durante a 31ª Reunião Ordinária de Chefes de Estado e do SICA e revisada em 2011, na Conferência de Segurança, celebrada na Guatemala, com o objetivo de criar um instrumento regional de segurança. O seu amparo legal é o *Tratado Marco de Seguridad Democrática en América*, marco fundamental de institucionalização das políticas integradas de segurança no istmo. Assinado em Honduras, em 1995, este tratado instituiu o Modelo *Centroamericano de Seguridad Democrática*, que se baseia na democracia e no fortalecimento institucional, no Estado de Direito, na eleição via sufrágio universal, livre e secreto e, ainda, no respeito aos Direitos Humanos.

Tem-se, então, que a ESCA, apesar de ter sido desenhada em 2007, não foi efetivamente colocada em pauta para a sua implementação até o ano de 2011, quando a comunidade internacional, na Conferência Internacional de Apoio à ESCA, estabeleceu uma base para o financiamento das atividades relacionadas com a segurança democrática na região. O apoio subsidiário para a implementação da ESCA vem do *Grupo de Países Amigos y Organismos Internacionales cooperantes*, que foi formado no contexto dos princípios da Declaração de Paris⁴ para a eficiência da cooperação internacional. Este Grupo foi estruturado para discussão dos planos de cooperação na temática da segurança, tendo se reunido anualmente, desde 2011, após a Conferência, no sentido de afinar os passos da execução dos projetos regionais de segurança na América Central.

O SICA estima que a nova estratégia de segurança exija cerca de US\$ 6 bilhões de dólares para funcionar num período de três anos e é desse Grupo de Amigos da ESCA que se espera que venha a maior parte desses recursos, principalmente dos Estados Unidos (CASA PRESIDENCIAL, 2013). Entre os membros desse Grupo estão os Estados Unidos, a União Europeia, Organização dos Estados Americanos, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de diversos países, dentre os quais se destacam por compromisso na atuação política e na alocação de recursos, a Austrália, Espanha, Alemanha, Canadá, Itália, Coreia do Sul, Holanda, Finlândia, Chile, Colômbia e México (SEM AUTOR, 2011c).

Destacamos brevemente, para fins explicativos, que a ESCA é composta por quatro linhas de ação: Combate ao crime, coordenada pelos Estados Unidos; Prevenção do crime, coordenada pela Alemanha; Fortalecimento Institucional, coordenada por Espanha, Canadá e União Europeia; e Reabilitação, reinserção e gestão penitenciária, coordenada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução do crime e da violência na América Central requer uma estratégia integral e de longo prazo que não trate apenas de uma das facetas que eventualmente se fazem mais evidentes, como as *maras* ou o crime organizado. Hoje, contudo, a estratégia para intensificar a guerra ao narcotráfico no continente americano se dá através de um novo plano que alcança as nações do istmo centro-americano. Vale-se das necessidades pragmáticas desses países em obter mais recursos para atenuar os problemas de segurança em seus territórios. No entanto, sem dar atenção à prevenção e sem atacar com

⁴ *Declaración de Paris sobre la Eficácia de la Ayuda al Desarrollo* é um documento que nasce com o sentido primeiro de viabilizar a efetivação dos Objetivos do Milênio, estabelecidos pela ONU. Nessa Declaração, de 2005, Estados desenvolvidos e em desenvolvimento, além de instituições bi e multilaterais de fomento, qualificam-se como responsáveis por promover, com maior eficácia, a ajuda internacional. De ambas as partes, o objetivo é implementar ações de longo alcance, visando modificar a maneira em que se brinda e que se gestiona a cooperação internacional (OCDE, 2005).

força proporcional a infraestrutura do crime organizado, levará a uma nova era de relações militarizadas entre a América Latina e os Estados Unidos e abrirá passagem para conflitos cada vez mais violentos no continente.

Pese os mais de cinquenta anos de integração, historicamente, imperou uma postura fragmentada e isolada nas tentativas de resolução de conflitos, fazendo-se justificar a dependência de entes exógenos à integração centro-americana, que acabam, em larga medida, por ter em suas mãos as rédeas do processo associativo do istmo. Essa quase tradição de dependência externa afeta, então, a independência institucional dos Estados? Ou é exatamente essa perene situação de ineficiência institucional que força os países centro-americanos a fazerem uso do pragmatismo, utilizando-se do generalizado problema da segurança para dar impulso a esse recente momento do processo integracionista no istmo?

Como enfatizamos na introdução deste artigo, não apresentaremos aqui respostas conclusivas, no entanto, podemos afirmar que no conturbado e fragmentado processo integracionista centro-americano o presente período tem, sim, o tema segurança como o fundamentador da sua revigoração, tendo em vista todo o esforço regional em marcha para a implementação da ESCA. E a agenda relativa a esses temas é impulsionada por conta do pragmatismo empregado para a execução das estratégias de segurança, dependentes dos recursos da ajuda internacional.

A dependência e o pragmatismo das escolhas em curso, porém, gestam-se em meio a um cenário em que a governabilidade centro-americana fica comprometida justamente pela ação do crime organizado. Essa torna-se, na explicitação dos conceitos, uma ideia-força da atual situação centro-americana: a dependência do contexto, como um dos pontos centrais nas várias abordagens dos estudos da Pragmática, como trabalhados nos marcos teóricos desse artigo, assentada no juízo de visar finalidades. Contexto, dependência e finalidade conformam, então, os traços caracterizadores desse pragmatismo corrente no processo de integração regional na América Central.

O narcotráfico tem criado estruturas paralelas ao Estado, substituindo o que o Estado, o mercado ou a economia não podem dar; penetram a institucionalidade e até mesmo os sistemas eleitorais para a garantia de territórios e processos políticos outros. A guerra contra o narcotráfico deve dar lugar à luta pela segurança, que envolva o ataque às estruturas criminais, mas sem perder de vista o esforço pelo desenvolvimento humano das populações centro-americanas, sobretudo as expostas a vulnerabilidades, que frequentemente pagam a conta de governos ineptos através da imigração, sobretudo para os Estados Unidos, atravessando o território mexicano, onde, uma vez mais, se veem expostas à violência e ao tráfico. Ainda, os países latino-americanos não deveriam embarcar sozinhos nesta luta, vale lembrar que o tráfico de drogas existe porque existe uma estrutura consumidora que demanda esses produtos. E os Estados Unidos têm papel preponderante dentro desse cenário. Por isso mesmo, reiteradas vezes se declara corresponsável pela violência na porção de terra que vai da Colômbia ao México. Trata-se do reconhecimento de que a ajuda internacional é uma ajuda interessada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Rodrigo. Em busca da autonomia: a Política Comum de Segurança e Defesa como instrumento de afirmação da União Europeia enquanto agente securitário internacional. Tese de doutorado em Ciência Política. Recife: Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

BORGES NETO, José. De que trata a pragmática? **Conferência I Workshop Internacional de Pragmática**. UFPR, Curitiba, 28 agosto 2012. Disponível em people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/pragmatica.pdf. Último acesso em 30 maio 2013.

CASA PRESIDENCIAL. **Presidente Funes: Centroamérica mantiene expectativa por mayor involucramiento de EEUU en estrategia de seguridad**. Asesoría de Prensa: Casa Presidencial El Salvador, 19 abril 2013. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.sv/index.php/novedades/noticias/item/3528-presidente-funes-centroam%C3%A9rica-mantiene-expectativa-por-mayor-involucramiento-de-ee-uu-en-estrategia-de-seguridad.html>. Último acesso em 30 maio 2013.

DEPARTAMENTO DE ESTADO ESTADOS UNIDOS. **International narcotics control strategy report: drug and chemical control (volume I)**. Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs, marco 2012. Disponível em <http://www.state.gov/documents/organization/184314.pdf>. Último acesso em 30 março 2013.

GALDAMEZ, Luiz Ferando Castañeda. **Proceso de integración económica regional: el mercado común centroamericano**. Instituto de Investigaciones Jurídicas: UNAM, sem data.

INSIGHT CRIME. Central America Regional Security Initiative. **InSight Crime: organized crime in the Americas**, 18 out 2011. Disponível em: <http://www.insightcrime.org/security/central-america-regional-security-initiative>. Último acesso em 30 maio 2013.

MANAUT, Benítez Raúl. La iniciativa Mérida: nuevo paradigma para la relación de seguridad México-Estados Unidos-Centroamérica. **Revista Mexicana de Política Exterior**. Disponível em www.sre.gob.mx/revistadigital/images/.../benitez.pdf. Último acesso em 30 maio 2013.

MEYER, Peter J & SEELKE, Clare Ribando. Central America Regional Security Initiative: background and policy issues for Congress. **Congressional Research Service**, 7 maio 2013. Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R41731.pdf>. Último acesso em 30 maio 2013.

Nájera, Pablo Urritía. **La integración económica centroamericana y sus principales componentes**. Guatemala: ASIES, 2011. Disponível em www.eclac.org/publicaciones/xml/9/.../L954.pdf. Último acesso em 30 maio 2013.

OCDE. **Declaración de París sobre la eficacia de la ayuda al desarrollo**. Foro de Alto Nivel. Paris, março 2005. Disponível em <http://www.oecd.org/development/effectiveness/34580968.pdf>. Último acesso em 11 maio 2013).

OLIVEIRA, Jair Antonio de. O contexto da pragmática. **Revista Uniletras UFPR**, n 22, dezembro 2000. Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/download/209/207. Último acesso em 30 maio 2013.

RALSTON, Shane J. Pragmatism in International Relations: Theory and Research. **Eidos [online]**. 2011, n.14, pp. 72-105.

SEM AUTOR. Hillary Clinton: lucha contra el narco debe ir más allá de las fronteras. **CNN México**, 2011c. Disponível em: <http://mexico.cnn.com/mundo/2011/06/22/hillary-clinton-lucha-contra-el-narco-debe-ir-mas-alla-de-las-fronteras>. Último acesso em 30 maio 2013.

SEM AUTOR. Obama propone crear oportunidades en El Salvador para reducir la migración. **El Universal**, 2011b. Disponível em: <http://www.eluniversal.com.co/cartagena/internacional/obama-propone-crear-oportunidades-en-el-salvador-para-reducir-migracion-1576/>. Último acesso em 30 maio 2013.

SEM AUTOR. Organismos mundiales ofrecen financiar lucha anticrimen en Centroamérica. **CNN en Español**, 22 junho 2011c. Disponível em: <http://mexico.cnn.com/mundo/2011/06/22/organismos-mundiales-ofrecen-financiar-lucha-anticrimen-en-centroamerica>. Último acesso em 30 maio 2013.

TRUCCHI, Giorgio. Guerra contra as drogas é um fracasso, diz diretora do Programa das Américas. Entrevista Laura Carlsen. **Opera Mundi**. Manágua, 29 set 2012. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/24557/guerra+contra+as+drogas+e+um+fracasso+diz+diretora+do+programa+das+americas.shtml>. Último acesso em 5 maio 2013.

ZAMORA, Rubén. La nueva integración centroamericana: muerta la integración, viva la integración. Coleção Prospectiva, n. 3. **Centro Interamericano para el Desarrollo Humano**, San José, 2003. Disponível em <http://www.cidh.ac.cr/doc/oK03Integracion%20Centr.pdf>. Último acesso em 30 maio 2013.